Regularmente instalada, a Comissão de Sindicância Administrativa Disciplinar passou a desenvolver atividades de instrução processual da seguinte forma:

- 1) citação do imputado para apresentar defesa prévia (fl.30);
- 2) juntada da Defesa Prévia (fls. 31/35);
- 3) oitivas de Antônio Ivete Araújo de Oliveira(fl. 57/58), Josimar de Sousa Brito(fl. 59-B/60); Roberto Carlos Sales da Silva e Francisco Claudiomar Rodrigues Leite(fl.68/73) e Fernando Gomes Noronha(fl.76/78);
- 4) interrogatório do sindicado(fls. 79/82);
- 5) despacho de instrução e indicição do servidor por ter ele violado o previsto no art. 57, I, da lei Complementar nº 37, de 10.03.04 e no art. 137, X, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94.(fls. 83/85);
- 8) citação do sindicado e de seu casuístico para apresentar defesa final(fl. 86/87);
- 9) Juntada da Defesa Final(fl. 88/107).

A comissão Sindicante, em seu fundamentado relatório (fls. 108/111), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu, por maioria de votos, que não ficou devidamente comprovada a prática de infração administrativa disciplinar pelo imputado devido à inúmeras incoerências e dúvidas recaindo sobre a Portaria de lotação, objeto principal desta Sindicância.

É O RELATÓRIO.

A Sindicância Administrativa Disciplinar foi instaurada obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão sindicante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na descoberta da verdade material, objetivo primordial de todo e qualquer processo.

Verifica-se, igualmente, que a comissão sindicante atendeu a todos os prazos processuais.

Examinadas as declarações e demais provas constantes dos autos, vê-se, do conteúdo do Relatório final, que a Comissão concluiu, por maioria, que não ficou comprovada prática de infração disciplinar prevista na Lei Complementar nº 37, de 10.03.04.

Analisados os autos da sindicância em apreço e considerando as provas constantes dos autos, deixo de acatar o Relatório da Comissão Sindicante pelas razões abaixo aduzidas:

- 1) O Ofício nº054/13ºDP/2006, de 06.02.06, subscrito pelo Delegado Titular do 13º Distrito Policial (fl.08), atesta a apresentação do servidor processado ao Gerente de Polícia Metropolitana para ser lotado em outro setor;
- 2) O processado tomou conhecimento da apresentação no mesmo dia (06.02.06- segunda-feira) em que fora expedido o ofício referido no item precedente, conforme se vê da Defesa Prévia (fls.32/33) e do seu Interrogatório (fls.79/82), onde declara “que pegou o documento de apresentação e chegando na GPM, havia uma portaria de lotação para o 24ºDP”;
- 3) Ainda no mesmo dia 06 de fevereiro do corrente ano, o sindicado tomou conhecimento pessoal, através do Gerente de Polícia Metropolitana, que desempenharia suas atividades no 24º Distrito Policial e presenciou o momento da formalização do ato através da expedição de Portaria de lotação, conforme se vê da Defesa Prévia (fl.33) e Interrogatório (fls.79/82);
- 4) A Defesa atesta, ainda, que o sindicado se apresentou no 24º Distrito em 10.02.06, portanto, somente quatro dias após a ciência da lotação, bem assim também no Interrogatório (fls.79/82), o sindicado afirma “que na quarta-feira falou com o Del. Rangel tentando mudar a sua lotação, e este pediu que o procurasse no dia seguinte”; “que como não conseguiu

mudar sua lotação se apresentou ao Del. Roberto Carlos no dia 10.02.06, explicando a sua situação”, restando claro que o sindicado deixou de desempenhar suas atividades nos dias 07, 08 e 09 de fevereiro do corrente ano (terça-feira, quarta-feira e quinta-feira), desrespeitando, assim, os postulados da disciplina e da hierarquia, fundamentos da Polícia Civil, violando, também, o dever funcional de ser assíduo e pontual no serviço para o qual fora designado;

5) Também se vê na Defesa Prévia (fl.34), que o sindicado tomou conhecimento pessoal de sua nova lotação em 13.02.06, agora no 23º Distrito Policial, fato corroborado pelo depoimento da testemunha Fernando Gomes Noronha que confirma a presença do sindicado por ocasião da feitura da Portaria de lotação na Gerência de Polícia Metropolitana (fls.76/78) e no seu Interrogatório (fls.79/82);

6) Também em Defesa Prévia alega que trabalhou no 24º Distrito nos dias 10 e 13 de fevereiro do corrente ano, mas se omite em relação aos dias 07, 08 e 09 de fevereiro do corrente ano;

7) Vê-se do depoimento da testemunha Roberto Carlos Sales da Silva (fls.68/70) “que o policial imputado chegou no 24º DP, dias depois da inauguração do referido distrito para se apresentar e disse que não poderia trabalhar três dias da semana e só poderia trabalhar dois dias da semana, pois é professor e já tinha, anteriormente, entrado em acordo com o Delegado do 13º DP nesse sentido; que o depoente não concordou com esta forma de trabalho apresentada pelo sindicado ...”, razão que motivou a comunicação do fato ao Gerente de Polícia Metropolitana, que, de imediato, nomeou um outro servidor para atuar como escrivão daquela Delegacia;

8) A testemunha acima referida, no mesmo depoimento, afirma que “o sindicado compareceu ao distrito apenas para justificar que não poderia assumir ou trabalhar de segunda à sexta, podendo comparecer naquele distrito apenas dois dias da semana”.

9) A testemunha Francisco Claudiomar Rodrigues Leite, em depoimento prestado às fls.71/73, relata que “o sindicado se apresentou naquela Delegacia, não sabendo precisar o dia e mês, dizendo que iria ficar no Distrito apenas alguns dias, pois iria solicitar uma licença médica para fazer uma cirurgia no pé; que trabalhou quatro dias no cartório daquela Delegacia; que após esses dias o sindicado se ausentou, dizendo que o médico iria fornecer uma licença médica;

10) No interrogatório o sindicado declara que no dia 13 de fevereiro do corrente ano (segunda-feira) ao chegar no 24º Distrito Policial, “o Del. Roberto Carlos comunicou que tinha conseguido uma pessoa para trabalhar no cartório, mas que o Del. Wilson determinou que fosse novamente falar com ele, por não mais permitir que ele trabalhasse no 24ºDP, de acordo com a situação desejada; Que na terça-feira foi falar novamente com ele...; Que o Diretor da GPM nada disse e apresentou uma portaria de lotação para o 23º DP; (...) Que no dia seguinte, foi atrás de alguém para conseguir a mudança, não obtendo êxito; (...) Que no dia 20.02.06 foi se apresentar ao delegado do 23º DP, trabalhando normalmente, mas afirmou que estava lá devido a uma imposição; Que no dia 21.02.06, (sic)pediu aquela (sic) autoridade que fosse liberado no dia 22.02.06, para resolver alguns assuntos pendentes, sendo consentido verbalmente; Que não foi trabalhar no dia 22.02.06, mas foi trabalhar nos dois dias seguintes...”.

11) Perguntado à testemunha Francisco Claudiomar Rodrigues Leite, em depoimento prestado às fls.71/73, se ele se recordava que no dia 22.02.06 o sindicado pediu que não fosse trabalhar a fim de resolver problemas particulares, respondeu que “não houve tal liberação, até porque estaria correndo em erro no teor da verdade em comunicar uma falta inexistente”. Forçoso concluir que o sindicado também faltou injustificadamente ao serviço nos dias 14, 15, 16 e 17 de fevereiro do corrente ano, porque só se apresentou na Delegacia na qual fora lotado em 20.02.06, mesmo tendo conhecimento da mesma lotação em 14 de fevereiro do corrente ano, tendo faltado também no dia 22.02.06.

Ante o exposto e considerando o disposto no art.189, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, deixo de acatar o Relatório da comissão sindicante por entender que há